

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	13

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	23
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	26
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	27

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	237.677
Preferenciais	0
Total	237.677
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	3.817	2.954	7.939
1.01	Ativo Circulante	3.817	2.954	7.939
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	205	667	5.088
1.01.03	Contas a Receber	304	205	603
1.01.03.01	Clientes	79	0	596
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	225	205	7
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	196	183	7
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	29	22	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.308	2.082	2.248
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.308	2.082	2.248

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	3.817	2.954	7.939
2.01	Passivo Circulante	287	323	1.331
2.01.02	Fornecedores	6	0	1
2.01.03	Obrigações Fiscais	276	322	249
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	262	310	206
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	238	308	170
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	24	2	36
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	14	12	43
2.01.05	Outras Obrigações	5	1	1.081
2.01.05.02	Outros	5	1	1.081
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	0	1.076
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	5	1	5
2.03	Patrimônio Líquido	3.530	2.631	6.608
2.03.01	Capital Social Realizado	238	238	238
2.03.02	Reservas de Capital	48	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.244	48	48
2.03.04.01	Reserva Legal	0	48	48
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.244	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	2.345	6.322

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.833	3.336	3.016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47	-40	-32
3.03	Resultado Bruto	2.786	3.296	2.984
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-592	493	335
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.496	-267	-259
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-1.365	-204	-207
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-131	-63	-52
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	904	760	594
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.194	3.789	3.319
3.06	Resultado Financeiro	3.525	2.156	3.162
3.06.01	Receitas Financeiras	16.377	8.984	14.373
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.852	-6.828	-11.211
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.719	5.945	6.481
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.921	-2.003	-2.177
3.08.01	Corrente	-1.921	-2.003	-2.177
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.798	3.942	4.304
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.798	3.942	4.304
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	15,95798	16,56303	18,08403

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	3.798	3.942	4.304
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.798	3.942	4.304

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.445	4.596	3.117
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.798	3.942	4.304
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	3.798	3.942	4.304
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.353	654	-1.187
6.01.02.01	Clientes	-79	596	-591
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	-1.225	166	-606
6.01.02.03	Fornecedores	6	-1	0
6.01.02.04	Outras contas a receber	-13	-176	-7
6.01.02.05	Impostos e Contribuições	-46	73	12
6.01.02.10	Outras Obrigações	4	-4	5
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.907	-9.017	-771
6.03.02	Partes Relacionadas	-7	-22	0
6.03.03	Dividendos Pagos	-2.900	-8.995	-771
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-462	-4.421	2.346
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	667	5.088	2.742
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	205	667	5.088

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	238	48	2.345	0	0	2.631
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	238	48	2.345	0	0	2.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.900	0	0	-2.900
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.900	0	0	-2.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.798	0	3.798
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.798	0	3.798
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.798	-3.798	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.798	-3.798	0	0
5.07	Saldos Finais	238	48	3.243	0	0	3.529

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	238	0	6.370	0	0	6.608
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	238	0	6.370	0	0	6.608
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-7.919	0	-7.919
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.919	0	-7.919
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.942	3.942	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-3.942	3.942	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.942	0	0	3.942
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.942	0	0	3.942
5.07	Saldos Finais	238	0	6.370	-3.977	0	2.631

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	238	0	3.142	0	0	3.380
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	238	0	3.142	0	0	3.380
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.076	0	-1.076
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.076	0	-1.076
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.304	0	4.304
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.304	0	4.304
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.228	-3.228	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.228	-3.228	0	0
5.07	Saldos Finais	238	0	6.370	0	0	6.608

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	4.039	4.452	3.932
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.135	3.692	3.338
7.01.02	Outras Receitas	904	760	594
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.412	-244	-239
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47	-40	-32
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.365	-204	-207
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.627	4.208	3.693
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.627	4.208	3.693
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.377	8.984	14.373
7.06.02	Receitas Financeiras	16.377	8.984	14.373
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.004	13.192	18.066
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	19.004	13.192	18.066
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.354	2.422	2.551
7.08.02.01	Federais	2.197	2.238	2.380
7.08.02.03	Municipais	157	184	171
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.852	6.828	11.211
7.08.03.03	Outras	12.852	6.828	11.211
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	12.852	6.828	11.211
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.798	3.942	4.304
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.798	3.942	4.304

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**

CNPJ: 26.609.050/0001-64

São Paulo, 30 de março de 2026.

Senhores Acionistas,

A Administração da **Travessia Securitizadora S.A.** ("Travessia" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Travessia registrou um lucro líquido de R\$ 3.798 (três milhões e setecentos e noventa e oito mil reais) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esse resultado foi principalmente impulsionado pelas receitas mensais de gestão de carteira das operações em andamento, pela estruturação de novas operações, pelos rendimentos de aplicações financeiras resultantes de recursos originados de direitos creditórios, distribuição de oferta de suas próprias emissões até R\$ 120.000.000 e pela diluição de custos devido ao aumento das operações sob gestão no exercício.

Atualmente, a Travessia administra 108 (cento e quatro) patrimônios separados, além de estar envolvida em outras emissões em processo de estruturação. A Diretoria destaca que a empresa possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para executar seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Além disso, a empresa possui apenas compromissos financeiros relacionados à sua própria manutenção, os quais estão sendo cumpridos com recursos próprios.

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 ("Res CVM 162") informamos que a empresa Villela e Associados Auditoria e Consultoria S/S foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Ressaltamos que a Villela e Associados Auditoria e Consultoria S/S não prestou nenhum outro serviço para Travessia além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

Atenciosamente,

Travessia Securitizadora S.A.

Vinicius Bernarde Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**MANIFESTO DE
ASSINATURAS**

Código de validação: VTN9B-558CY-SFRVC-2RPDX

*** O documento pode conter assinaturas não ICP Brasil, confirmadas a partir do email atribuído ao signatário ***

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa (CPF 218.718.568-09)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/VTN9B-558CY-SFRVC-2RPDX>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia") foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27 de outubro de 2016.

A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição, venda e securitização de direitos creditórios de qualquer natureza, bem como de títulos e valores mobiliários lastreados nesses direitos, de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, e ainda de créditos e direitos do agronegócio e títulos e valores mobiliários lastreados nesses créditos e direitos do agronegócio; (ii) a emissão e colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis e/ou Certificados de Recebíveis Imobiliários e/ou Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou qualquer outro título de crédito e valor mobiliário, lastreados em direitos creditórios de qualquer natureza e/ou créditos imobiliários e/ou direitos do agronegócio, compatíveis com suas atividades, mediante a constituição de patrimônio separado, conforme disposições legais aplicáveis; (iii) a gestão e administração de carteiras de direitos creditórios de qualquer natureza, créditos imobiliários e créditos e direitos do agronegócio; (iv) a prestação de serviços de estruturação de operações de securitização; (v) a realização da atividade de distribuição de Certificados de Recebíveis e/ou Certificados de Recebíveis Imobiliários e/ou Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis e/ou qualquer outro valor mobiliário proveniente da atividade de securitização, no mercado financeiro e de capitais, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, e demais disposições aplicáveis; e (vi) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades de securitização e emissão de outros títulos de crédito e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios de qualquer natureza e/ou créditos imobiliários e/ou direitos do agronegócio.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram integralizados 23 séries de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários), 03 séries de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) e 13 séries de debêntures e 02 séries de CR, totalizando 41 séries.

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
CRI	57	2	16/01/2025	8.400
CRI	60	1	31/01/2025	55.500
DEB	15	1	13/03/2025	9.860
CRI	63	1	27/03/2025	10.800
DEB	16	1	21/04/2025	9.150
CRI	51	5	18/06/2025	1.000
CRI	51	6	18/06/2025	4.000
DEB	17	1	07/05/2025	30.000
CRI	65	1	23/05/2025	180.000
DEB	18	1	30/05/2025	2.925
DEB	18	4	30/05/2025	2.925
DEB	18	7	30/05/2025	8.500
DEB	19	1	02/06/2025	150.000
DEB	13	1	18/06/2025	30.000
CRA	23	1	30/06/2025	84.000
CRA	23	2	01/07/2025	36.000
CRI	66	1	01/07/2025	25.000

Notas Explicativas**1. Contexto operacional--Continuação**

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
DEB	2	2	04/07/2025	2.000
DEB	20	1	15/07/2025	70.000
DEB	20	2	15/07/2025	34.000
CRI	69	1	14/08/2025	23.500
CRI	68	1	18/08/2025	340.000
CRI	67	1	29/08/2025	557.577
CRI	67	2	29/08/2025	154.544
CRI	67	3	29/08/2025	537.879
DEB	21	2	19/09/2025	400
DEB	21	3	19/09/2025	100
CRI	72	1	13/10/2025	13.750
CRI	72	2	13/10/2025	13.700
CRI	72	3	13/10/2025	15.794
CR	1	1	15/10/2025	2.480
CR	1	2	15/10/2025	620
CRI	76	1	28/11/2025	30.000
CRA	24	1	19/11/2025	50.000
CRI	70	1	15/12/2025	35.000
CRI	79	1	16/12/2025	25.000
CRI	79	2	16/12/2025	15.000
CRI	79	3	16/12/2025	10.000
CRI	74	1	15/12/2025	40.000
CRI	74	2	16/12/2025	23.500
CRI	74	3	19/12/2025	23.000

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais**2.1. Declaração dos diretores**

Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 30 de março de 2026.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.6. Outros ativos e passivos (Circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando se espera que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, quando aplicável, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos e com as características dos fluxos de caixa contratuais, sendo mensurados: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; ou (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável.

A Companhia avalia, quando aplicável, a existência de perda de crédito esperada sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando existe direito legalmente executável de compensação e a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais--**
Continuação**2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC**

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	-	3
Aplicação financeira (i)	205	664
Total	205	667

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha aplicações no fundo Itaú BBA Federal Dynamic RF Curto Prazo FIFCIC RL (Fundo), de alta liquidez.

O Fundo iniciou suas atividades em 23 de junho de 2009, com o exercício social sendo encerrado no mês de maio. O objetivo do Fundo é buscar rentabilidade compatível com investimentos de renda fixa de curto prazo por meio da aplicação em outros fundos de investimento.

As demonstrações financeiras do fundo referentes ao exercício findo em 31 de maio de 2025 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação de opinião em 25 de agosto de 2025.

Notas Explicativas

4. Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se basicamente a imposto de renda retido na fonte decorrentes de aplicação de recursos originados de direitos creditórios e saldo negativo IRPJ, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo – IRPJ (i)	3.286	2.065
Contribuições Sociais Retidas na Fonte – CSRF	10	6
Outros impostos a recuperar	12	11
Total	3.308	2.082

- (i) Imposto de renda sobre os saldos negativos serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

5. Partes relacionadas

5.1. Transações com partes relacionadas – Ativo circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	29	22
Total	29	22

Refere-se a valores a receber decorrentes de operações de mútuo realizadas com a controladora Travessia Assessoria Financeira Ltda.

5.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

6. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
ISS a Recolher	14	12
IRPJ/CSLL a Recolher (i)	238	308
IRRF – Terceiros	6	-
CSRF a Recolher	18	-
COFINS a Recolher	-	2
Total	276	322

- (i) Refere-se substancialmente a imposto de renda e contribuições sociais a pagar incidentes sobre o resultado gerado pela Companhia.

6.1. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	5.719	5.945
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)		
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – 15%	(858)	(892)
Adicional do IRPJ 10%	(548)	(576)
Total de Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(1.406)	(1.468)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – 9%	(515)	(535)
Total da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(515)	(535)
Total de IRPJ e CSLL	(1.921)	(2.003)
Taxa efetiva para Impostos	34%	34%

Notas Explicativas

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Travessia Securitizadora S.A., é de R\$ 238, (R\$ 238 em 2024) divididos em 237.677 (duzentos e trinta e sete mil seiscientos e setenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até montante de R\$ 5.000 (cinco milhões de Reais), mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

Acionistas	%	Ações	
		31/12/2025	31/12/2024
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	95,2705	227	227
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa	4,7295	11	11
Capital subscrito	100	238	238

7.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

7.3. Dividendos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	3.798	3.942
Valor destinado para constituição de reserva legal (i)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	3.798	3.942
Percentual utilizado	25%	25%
Dividendos propostos (ii)	950	986

- (i) Em 2025 não houve cálculo de Reserva legal, a Companhia já destinou o limite máximo a 20% do capital social;
- (ii) Em dezembro de 2025, a Companhia realizou pagamento de R\$ 2.900 (R\$ 7.919 em 2024) a título de adiantamento de dividendos, valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, com base nos lucros acumulados e no resultado do exercício.

A destinação final do resultado do exercício será deliberada em Assembleia Geral a ser realizada em 2026, quando da aprovação das demonstrações financeiras de 2025.

Notas Explicativas**7. Patrimônio líquido--Continuação****7.4. Reserva de lucros**

A reserva de lucros tem por finalidade a retenção de parcela do lucro líquido para reforço de capital de giro e suporte às atividades operacionais da Companhia, conforme deliberação da Assembleia Geral.

8. Provisão para contingências

A Companhia não possui contingências judiciais classificadas como perda provável ou possível, conforme avaliação de seus assessores jurídicos, não sendo requerida a constituição de provisão ou divulgação adicional.

9. Receita operacional líquida

A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional	3.135	3.692
PIS, COFINS e ISS	(302)	(356)
Total	2.833	3.336

10. Custo dos serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os custos de serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Taxas CVM/B3	(44)	(39)
Outros Custos	(3)	(1)
Total	(47)	(40)

11. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Anúncios e publicações	(94)	(59)
Consultoria e auditoria	(59)	(50)
Internet	(2)	(1)
Associação de classe	(39)	(36)
Honorários advocatícios	(8)	(24)
Despesas com software	(15)	(20)
Assessoria Administrativa (i)	(1.090)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(58)	(14)
Total	(1.365)	(204)

- (i) Refere-se substancialmente a taxas de administração incidentes sobre aplicações financeiras mantidas pela Companhia em fundo de investimento de renda fixa.

Notas Explicativas

12. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo de outras receitas operacionais refere-se a gastos reembolsáveis com as operações.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas (i)	904	760
Total	904	760

- (i) As outras receitas operacionais são constituídas pelos valores arrecadados através da recuperação de custos dos serviços de banco liquidante e escriturador, cobrados da Companhia pela instituição financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

13. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, refletem os rendimentos de aplicações financeiras realizadas com recursos transitórios vinculados às operações de securitização, bem como o respectivo repasse desses rendimentos aos investidores dessas operações, conforme demonstrado a seguir:

13.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras (i)	16.216	8.862
Outras Receitas Financeiras	161	122
Total	16.377	8.984

- (i) Refere-se substancialmente aos rendimentos de aplicações financeiras realizadas com recursos transitórios vinculados às operações de securitização.

13.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outras despesas financeiras (i)	(12.852)	(6.828)
Total	(12.852)	(6.828)

- (i) Refere-se ao repasse dos rendimentos das aplicações financeiras vinculadas às operações de securitização.

14. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

14.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2025 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras;
- **Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3):** A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Notas Explicativas

15. Relação com auditores

Em atendimento à regulamentação aplicável, a Companhia informa que não contratou, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, outros serviços que possam comprometer sua independência, além dos serviços de auditoria externa.

16. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

* * *

Diretor Presidente

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Responsável Técnico

Paulo Donizete Eudes da Silva
Contador - CRC 1SP177836-O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")--Continuação Direitos creditórios vinculados às operações de securitização

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1, 9 e 13, a Companhia realiza operações de securitização por meio da estruturação e emissão de títulos lastreados em direitos creditórios, incluindo Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), debêntures e outros instrumentos financeiros.

No contexto dessas operações, a Companhia reconhece receitas de estruturação e realiza o gerenciamento dos fluxos financeiros associados às emissões.

Consideramos esse assunto como principal em nossa auditoria em razão da relevância dos saldos envolvidos, da natureza das operações da Companhia e dos julgamentos da Administração relacionados ao reconhecimento, mensuração e apresentação dos direitos creditórios e das receitas associadas às operações de securitização.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a:

- Avaliamos, com base em testes por amostragem, a documentação suporte das operações de securitização, incluindo contratos, instrumentos financeiros e documentos relacionados aos direitos creditórios e aos títulos emitidos;
- Analisamos a cessão dos direitos creditórios e verificamos a consistência entre os contratos, registros contábeis e as informações apresentadas nas demonstrações financeiras;
- Avaliamos os critérios utilizados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios vinculados às operações de securitização;
- Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios vinculados às operações de securitização, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S.
CRC MG – 007189/O-2

Luis Guilherme Villela Alves
Contador CRC – MG 67.509/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização e Diretora de Distribuição da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 (Companhia), nos termos do artigo 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

- (i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Ioanni Stivim Apostolou Junior, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.548.558-8 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 438.652.278-64, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor de Distribuição da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrito no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 (Companhia), nos termos do artigo 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

- (i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Ioanni Stivim Apostolou Junior
Diretor de Distribuição

Eu, Michelle Paulino Leimig Pagnocca, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.767.045-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 324.991.818-00, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia:

- (i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Michelle Paulino Leimig Pagnocca
Diretora de Compliance

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrito no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 (Companhia), nos termos do artigo 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

- (i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização e Diretora de Distribuição da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 (Companhia), nos termos do artigo 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Ioanni Stivim Apostolou Junior, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.548.558-8 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 438.652.278-64, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor de Distribuição da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrito no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 (Companhia), nos termos do artigo 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Ioanni Stivim Apostolou Junior
Diretor de Distribuição

Eu, Michelle Paulino Leimig Pagnocca, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.767.045-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 324.991.818-00, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Michelle Paulino Leimig Pagnocca
Diretora de Compliance

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrito no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 (Companhia), nos termos do artigo 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

(i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas conclusões sobre as Demonstrações Financeiras.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores